



Duas MPs trancam a pauta do Plenário

Uma delas abre crédito de R\$ 26,6 bilhões no Orçamento, a maior parcela para a área energética. A outra cria o cadastro positivo, que pretende, reduzindo os riscos dos empréstimos, diminuir as taxas de juros

O Plenário do Senado começa a semana com a pauta trancada por duas medidas provisórias. O líder do governo no Senado, Romero Jucá, antecipou na quinta-feira que já havia acordo para votação.

A MP 515/10 abre

crédito extraordinário de R\$ 26,6 bilhões a ministérios e órgãos do Executivo. Já a MP 518/10 cria o cadastro positivo, um banco de dados que terá informações sobre pessoas e empresas que honram seus compromissos financeiros. **3**



Debates na CRA, com a senadora Ana Amélia: enfoque na importância da agricultura familiar para a produção

Dívidas preocupam os agricultores familiares

No sexto debate sobre a situação da agricultura brasileira, sexta-feira, na CRA, o tema foi a agricultura familiar, mas os convidados não deixaram de

lembrar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores para saldar as suas dívidas. No Rio Grande do Sul, a culpa foi do clima. **5**

CE discute amanhã o conteúdo de livros didáticos

Denúncia da imprensa é que alguns livros adotados pela rede pública trariam críticas a FHC e elogios a Lula. **4**

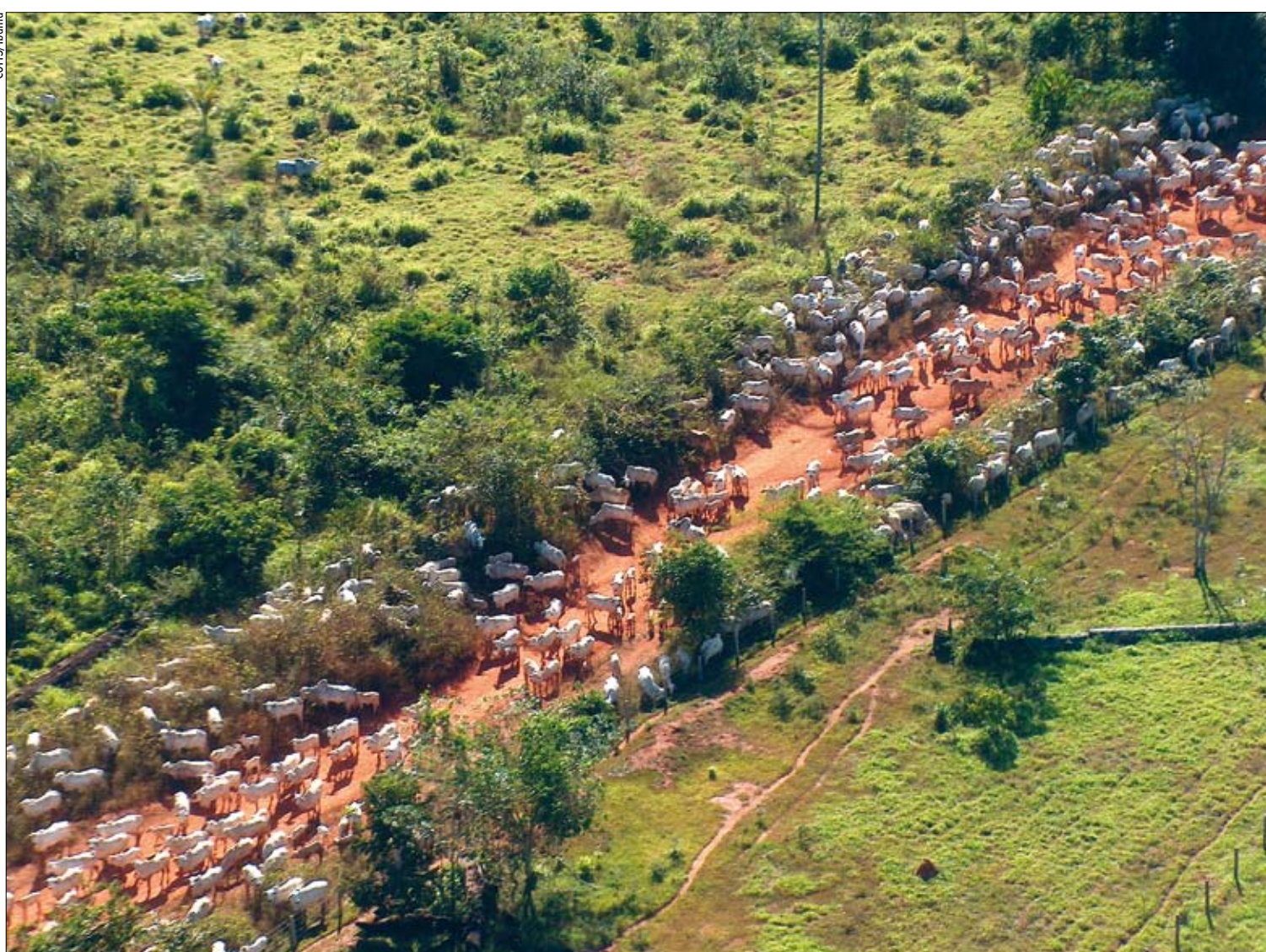
CAE pode votar Sistema Único da Assistência Social

Projeto do Poder Executivo que regulamenta a atividade de assistência social está na pauta da CAE. **7**

Especialistas internacionais debatem o crack no país

Audiência pública na subcomissão que trata da questão das drogas está marcada para amanhã, às 10h30. **4**

CGFIS/Ilumina



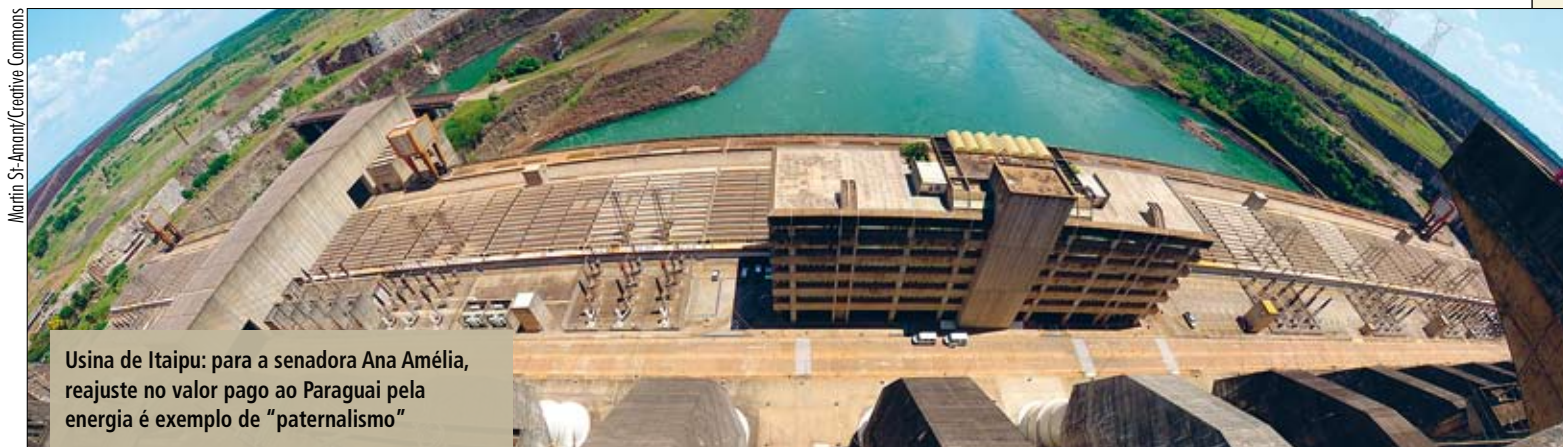
Pecuária extensiva, um dos principais alvos de críticas dos ambientalistas: objetivo do código é buscar equilíbrio entre a produção e a conservação do meio ambiente

Jucá espera que Código Florestal seja votado logo

Para o líder do governo no Senado, o projeto de reforma do código está maduro e pode ser votado em breve pela Câmara. Ele afirmou que é grande a expectativa dos senadores para examinar a matéria. **8**

Novas isenções fiscais para produção da Amazônia

5



Usina de Itaipu: para a senadora Ana Amélia, reajuste no valor pago ao Paraguai pela energia é exemplo de "paternalismo"

Ana Amélia vê paternalismo do país com vizinhos

A senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou na sexta-feira o tratamento "paternalista" que o Brasil tem dado aos países do Mercosul. Apesar de sofrer restrições comerciais do bloco, observou a parlamentar, o Brasil continua com a política de beneficiar os países vizinhos, como no aumento do valor pago ao Paraguai pela energia elétrica excedente de Itaipu.

Ana Amélia citou a barreira comercial adotada pela Argentina em relação às máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros e a criação pelo governo uruguaio de *free shops* na fronteira, que prejudicam os empresários brasileiros, como afirmou.

A Argentina impediu nos últimos meses a entrada de 800 máquinas brasileiras em seu território. Em consequência, foram demitidos mais de 300 trabalhadores em Doutor Maurício Cardoso (RS) – que sedia duas empresas que produzem a maior parte dos equipamentos agrícolas do país, como tratores e colheitadeiras.

Simon critica Estados Unidos pelo assassinato de Osama bin Laden

Para o senador, tanto a tática de invadir o Paquistão sem pedir licença quanto a decisão de matar o líder terrorista em vez de prendê-lo demonstraram desrespeito do governo dos EUA à democracia e aos direitos individuais

O ASSASSINATO DO terrorista Osama bin Laden, no Paquistão, por um grupo de elite da Marinha americana foi criticado por Pedro Simon (PMDB-RS).

Para o senador, tanto a tática usada pelos Estados Unidos de invadir o Paquistão sem pedir licença nem informar ao governo local, quanto à decisão de matar Bin Laden ao invés de prendê-lo e submetê-lo a julgamento, foram "uma demonstração de desrespeito à democracia e aos direitos individuais, inconcebíveis no mundo atual".

– Eu não estou aqui dizendo uma palavra que possa levar a alguém que me assiste a crer que estou pensando nos direitos do senhor Bin Laden. Estou pensando no que é um Estado democrático, o que são os direitos humanos, o que é uma democracia – disse Si-

mon, lembrando que "nem os nazistas perderam o direito a um julgamento adequado por parte dos vencedores".

Simon considerou a forma de ação escolhida pelos EUA como ultrapassada, própria da época em que o mundo era dividido em dois polos, um capitalista e outro comunista.

– Agora não há mais bipolaridade. A Rússia tem arma atômica, mas Israel também tem; o

Paquistão também tem; a Índia também tem; a China também tem. Fora isso, não há mais nenhum tipo de ligação entre a Rússia e qualquer prestígio no domínio mundial – observou.

Ressaltando o "surgimento de um mundo novo", no qual várias nações usufruem de uma parcela do poder mundial, o parlamentar considerou o momento atual como adequado a se estabelecerem novos pa-

drões de relacionamento entre os países.

– Acho que nunca o mundo teve uma ocasião tão grande de fazer uma identidade mundial, como a hora que estamos vivendo. Os Estados Unidos têm toda a força, mas não podem tudo. Veja aí, que na economia todo o poderio americano está em vésperas de ser ultrapassado pela China – afirmou Simon, que defendeu a necessidade de mudanças no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Itamar

Simon também manifestou solidariedade ao senador Itamar Franco (PMDB-MG), que recebeu duras críticas da imprensa paraguaia por sua posição contrária ao aumento do valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela energia de Itaipu.

CRE debate relações do Brasil com os emergentes

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, às 18h, o painel "A política externa da China, Índia e África do Sul e seus reflexos no cenário internacional", quinto de um ciclo de palestras para discutir os rumos da política externa brasileira no biênio 2011-2012.

Foram convidados os professores Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos de China e Ásia Pacífico; Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas; Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo; e Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon (BA).

Sarney representa Dilma no bicentenário do Paraguai

O presidente do Senado, José Sarney, embarcou na sexta-feira para Assunção, representando a presidente Dilma Rousseff nas celebrações do bicentenário de independência paraguaia. Ele foi acompanhado pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

– A presidente Dilma me convidou para chefiar a delegação brasileira porque ela não pôde ir por recomendação médica – explicou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário 120 anos do *Jornal do Brasil*

11h Sessão especial para comemorar o 120º aniversário do *Jornal do Brasil*. Às 14h, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamento de senadores.

185 anos Processo legislativo e história

10/12h Como parte das comemorações dos 185 anos do Senado, serão realizadas mesas-redondas para discutir o processo legislativo e a história do Parlamento. No encerramento dos debates, haverá o lançamento do livro *O Senado Federal em perguntas e respostas*, do professor e cientista político Octaciano Nogueira.

CDH

Reforma Política e movimentos sociais

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate a reforma política na visão dos movimentos sociais com os presidentes da Força Sindical, da OAB e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, entre outros.

CRE

Política externa de países do Brics

18h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional debate painel sobre a política externa da China, Índia e África do Sul e seus reflexos. Foram convidados os professores da USP, Ricardo Sennes; da FGV, Oliver Stuenkel; e da Fundação Pedro Calmon, Ubiratan Castro.

Terça-feira

CAE/CRE/CCJ Fuso horário do Acre

9h Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça para discutir o restabelecimento do fuso horário do Acre.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Nordeste Investimentos do BNDES

9h30 Em audiência da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, apresenta o plano de investimento do banco para a região.

CAE

Merenda mais saudável

10h Entre outros itens, a Comissão de Assuntos Econômicos vota projeto que prevê a substituição de alimentos não saudáveis na merenda escolar das escolas públicas e privadas.

CE

Livros didáticos e direção da Ancine

10h O presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros, Jorge Yunes, falará sobre o conteúdo de livros didáticos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que, em seguida, examina indicação de Vera Zaverucha para diretora da Ancine.

Drogas

Experiências internacionais

10h30 A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e outros debate o tema experiências de organismos internacionais, que faz parte do quarto painel do ciclo de debates.

Reforma

Regulamento administrativo

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa se reúne para analisar projeto que altera o regulamento administrativo do Senado.

Quarta-feira

CCT

Plano especial de telefonia

8h30 Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que torna obrigatório as prestadoras de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento a pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

CAS

Audiência com ministro Garibaldi

9h O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, apresenta na Comissão de Assuntos Sociais as diretrizes de sua pasta para os próximos dois anos. Após a reunião, votação de proposições, entre elas a que institui na CLT a licença para capacitação profissional.

CDR

Política de mobilidade urbana

9h30 Projeto que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana está entre os itens da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Também a votação de requerimentos para realização de audiências públicas.

CCJ

Iniciativa popular facilitada

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina proposta que facilita a apresentação de PEC de iniciativa popular e de projetos de lei.

CI

Tarifa social de energia

14h Para discutir a tarifa social de energia elétrica, a Comissão de Serviços de Infraestrutura vai ouvir, entre outros, o diretor-geral da Aneel, Nelson Moreira.

Quinta-feira

CI

Indicação para a ANP

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina a indicação de Helder Queiroz Pinto Junior para diretor da Agência Nacional do Petróleo.

CAS

Deficiência auditiva

11h30 A Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência vai discutir o direito e as demandas das pessoas com deficiência auditiva, com a participação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e do Instituto Nacional de Surdos.



Consumidores avaliam eletrodomésticos em uma grande loja de Brasília: intenção do governo é que a implantação do cadastro positivo reduza o risco dos empréstimos e contribua para a queda dos juros

MP que cria o cadastro positivo tranca a pauta

Proposta do governo visa contribuir para queda dos juros ao consumidor. Essa e outra medida provisória chegaram ao Senado na semana passada

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS trancam a pauta do Plenário e devem ser votadas até 1º de junho para não perder a validade: as MPs 515/10 e 518/10, que tratam, respectivamente, da concessão de crédito extraordinário de R\$ 26,6 bilhões a ministérios e órgãos do Executivo e da criação do cadastro positivo para diminuir o custo do crédito no país.

A MP 518/10, transformada no PLV 12/11, cria um cadastro positivo com informações de pessoas físicas e jurídicas que estão em dia com seus compromissos financeiros, sendo necessária, porém, para a inclusão de um nome na lista, a autorização expressa de quem for cadastrado.

O objetivo é subsidiar a concessão de crédito, a realização de venda a prazo ou de outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro.

Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, essas medidas deverão proporcionar novos meios para redução das taxas de juros e a ampliação das relações comerciais, protegida a

privacidade das pessoas.

O relator na Câmara, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), disse que legislação semelhante adotada no México reduziu em até 30% o custo do crédito.

Os bancos de dados poderão conter informações de pagamentos em dia do cadastrado para a formação do histórico de crédito. As informações armazenadas deverão ser objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão.

A MP proíbe a anotação de informação considerada excessiva, que não tem qualquer relação com a análise de risco de crédito ao consumidor. Também não pode haver no cadastro informações pertinentes à origem étnica, sexual, à saúde ou às convicções políticas e religiosas do cadastrado.

Quintão incluiu no texto que o compartilhamento de informações entre os bancos de dados só acontecerá se autorizado expressamente pelo cadastrado.

Entre os direitos de quem é incluído no banco de dados destaca-se o de poder cancelar

seu cadastro quando isso for solicitado. O cadastrado pode ainda acessar gratuitamente as informações registradas sobre ele, pedir a impugnação de dados anotados incorretamente e conhecer os principais critérios da análise de risco.

Prazos

Os deputados aprovaram mudanças na MP para estabelecer, entre outras medidas, prazos para acessos ao banco de dados. O acesso gratuito, por exemplo, poderá ser limitado pelo gestor do banco a até uma vez a cada quatro meses, e a correção deverá ocorrer em até sete dias.

Os gestores terão prazo de sete dias para informar o cadastrado sobre endereço e telefone das fontes de informação – lojas, bancos etc. O mesmo prazo deverá ser cumprido para informar ao cadastrado quais os bancos de dados que compartilharam seus arquivos e quem consultou as informações.

As fontes de informação poderão ser pessoas físicas ou jurídicas autorizadas pelo cadastrado. O prazo de permanência das informações nos bancos de dados é de 15 anos.

Inclusão dos dados no cadastro positivo depende de autorização prévia do consumidor

Medida destina mais R\$ 23,3 bilhões para setor energético

Já a MP 515/10, que também tranca a pauta do Plenário, destina R\$ 26,6 bilhões não previstos no Orçamento de 2010 a 20 ministérios, órgãos do Executivo, empresas estatais e Poder Judiciário. Quase 90% dos recursos – R\$ 23,3 bilhões – foram destinados a investimentos de empresas estatais, a maioria do Ministério das Minas e Energia.

A pasta ficou com R\$ 22,3 bilhões, para aplicação de 36 órgãos e empresas. Destes, R\$ 17 bilhões serão empregados no setor de combustíveis minerais, sendo R\$ 12,5 bilhões em oferta de petróleo, gás e refinarias da Petrobras e outros R\$ 2 bilhões em geração de energia.

O dinheiro destinado à petrolífera vem, no entanto, de cancelamentos da empresa (R\$ 7,1 bilhões) e de recursos próprios (R\$ 5,38 bilhões). Os projetos que receberam mais

receitas são os destinados à extração de petróleo na Bacia de Campos (RJ) e à modernização de refinarias. A subsidiária Petrobras Netherlands ficou com outros R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões para a compra de unidades flutuantes de armazenamento de transferência de petróleo para os campos de Barracuda e Caratinga, no Sudeste. A Braspetro contou com R\$ 1,5 bilhão para adequar a infraestrutura de produção no exterior.

Entre as empresas do Ministério das Minas e Energia contempladas estão Eletrobras (R\$ 64 milhões), Eletrosul (R\$ 272,1 milhões), Furnas (R\$ 32,9 milhões) e Chesf (R\$ 80 milhões). O restante dos recursos realocados pela MP foram para cinco outros destinos, como Telebrás (R\$ 300 milhões), Ministério da Saúde (R\$ 1 bilhão) e Ministério da Defesa (R\$ 626 milhões).

Sarney promete avaliar plano de carreira

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que irá verificar a existência de supostos excessos na lei que criou o atual plano de cargos e salários da Casa. Ele comentou a reportagem "Plano de carreira garante a inativos benefícios extras no Senado", publicada na sexta-feira pelo jornal *Correio Braziliense*.

– Essa matéria que eu li faz referência ao plano de carreira, que foi aprovado pela Câmara e pelo Senado – disse Sarney, que prometeu examinar o assunto com o primeiro secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), e a diretora-geral, Doris Peixoto.

Nota da Diretoria-Geral sobre matéria do *Correio Braziliense*

Matéria do *Correio Braziliense* de hoje, sob a manchete: "Descanse que o Senado Garante", deturpa aspectos da Lei 12.300, de 2010, que atualizou o sistema remuneratório do Senado Federal.

A revisão salarial promovida pela Lei 12.300 seguiu rigorosamente todos os trâmites legislativos e constitucionais, sendo sancionada pelo Presidente da República, com vetos, em julho de 2010. A estrutura salarial decorrente é divulgada no Portal da Transparência do Senado.

Sabe-se que as reavaliações de planos salariais no Executivo, no Judiciário e no Legislativo ocorrem em datas distintas. Sendo assim, é natural a ocorrência de diferenças remuneratórias entre as diversas estruturas salariais das carreiras. Por ocasião da análise do projeto de lei que resultou na Lei 12.300/2010, as remunerações praticadas no Senado Federal estavam substancialmente defasadas em relação a outras carreiras congêneres, algumas, inclusive, que já se encontravam em processos internos de elaboração de novos anteprojetos de lei, tais como o Judiciário e o Ministério Público.

No que tange à Gratificação de Desempenho, cabe mencionar que a extensão aos servidores aposentados do Senado Federal se deu por força da Constituição, que prevê a regra da paridade, segundo a qual "os proventos de aposentadoria serão revisados na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade" (art. 7º da EC 41/2003 c/c art. 2º da EC 47/2005).

A propósito, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 20 reconhecendo o direito aos servidores inativos de receberem gratificação de desempe-

nho, ainda que instituída após a aposentadoria.

Já com relação ao número de aposentadorias, destaca-se que no ano de 2010 já se projetava que 1.457 servidores poderiam se aposentar até 2015, com o atendimento do requisito da paridade. Ademais, o Relatório de Atividades da Secretaria de Recursos Humanos do biênio 2009/2010 informa que: "Em 2009, 99 servidores se aposentaram e em 2010 o número foi de 127, totalizando, no biênio, 226 aposentados. Além disso, 643 servidores efetivos (18,36% do total) já recebem abono de permanência e podem se aposentar a qualquer momento". Hoje, 515 servidores recebem abono permanência.

Portanto, o número crescente de aposentadorias já era esperado e não tem relação direta com a aprovação da revisão salarial levada a efeito pela Lei 12.300/2010. Mesmo porque, os servidores amparados na regra de transição da Emenda 47 já levariam essa parcela para a aposentadoria. Rigorosamente, o servidor que se aposenta deixa de fazer jus ao abono de permanência e, portanto, sofre redução salarial.

No que tange à regulamentação da Gratificação de Desempenho, que pode variar de 40% a 100% a lei assegurou, até seja baixada a resolução respectiva, aos servidores o índice de 40% de julho a dezembro de 2010 e de 60% a partir de janeiro de 2011. Só a partir da regulamentação é que a avaliação individual poderá elevar esse índice a até 100%.

A administração do Senado, por meio do PRORESULTADOS, instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2011, está mapeando e quantificando indicadores e metas nas diversas unidades, o que permitirá a fixação de critérios objetivos de avaliação e a instrução da regulamentação da matéria, que é objeto do PRS 59, de 2010.

DIRETORIA GERAL

Comissão de Educação debate amanhã denúncias da *Folha de S. Paulo* sobre obras aprovadas para programa do MEC que teriam teor político

Conteúdo de livros didáticos é tema de audiência

O CONTEÚDO DE livros didáticos aprovados pelo Ministério da Educação (MEC) para o ensino fundamental na rede pública será debatido amanhã com o presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros), Jorge Yunes, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A discussão foi requerida por Cyro Miranda (PSDB-GO) e pelo presidente da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR), depois da publicação de reportagem pela *Folha de S. Paulo* neste mês. Segundo o jornal, livros indicados para alunos do ensino público continham críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso e elogios à gestão de Lula.

As obras são inscritas pelas editoras no Programa Nacional do Livro Didático e avaliadas por uma comissão de professores, segundo critérios como correção das informações e qualidade pedagógica. As resenhas das obras aprovadas pelo MEC para o programa são reunidas em um guia enviado às escolas para escolha dos professores. Hoje, segundo a reportagem, 97% da rede pública usa livros indicados.

Ancine

Também amanhã, a CE vota a indicação da especialista em legislação de cinema Vera Zaverucha para substituir Paulo Alcoforado na diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine).



Audiência proposta por Cyro Miranda e Requião avaliará, com representante de editoras, livros que são adotados em 97% das escolas públicas do país

Fonte: Laceroni/ANDE

ACONTECEU NAS COMISSÕES

CPI do tráfico de pessoas: debatedores sugerem adequar legislação ao Protocolo de Palermo

A NECESSIDADE DE mudanças para adequar a legislação brasileira ao Protocolo de Palermo foi uma das principais constatações dos participantes da primeira audiência pública realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, realizada na terça-feira passada. As lacunas na legislação, segundo os especialistas, dificultam a punição dos criminosos.

O Código Penal brasileiro só considera o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Já o protocolo, que trata da prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, prevê outros fins, como o trabalho forçado, a escravatura, a servidão e a remoção de órgãos. Os debatedores da audiência também relataram casos em que o objetivo era a mendicância, o casamento forçado e a adoção.

Para a coordenadora da ONG paraense Só Direitos, Andreza Smith, o ideal seria um tipo penal aberto e não um rol taxativo com as modalidades de tráfico de pessoas.

— A melhor forma é fazer uma denominação mais ampla, porque a gente nunca sabe quais são as novas modalidades de exploração que os traficantes vão elaborar — sugeriu.

A Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São Paulo, Anália Ribeiro, lembrou que tramita na Câmara um projeto de lei (PL 2.845/03) que busca corrigir essa deficiência da legislação, além de criar um sistema de políticas públicas de combate a esse crime.

— Esse projeto de lei também tipifica o crime nas suas três modalidades: tráfico de pessoas para exploração sexual, trabalho escravo e tráfico de órgãos — explicou.

A proposta, do deputado Nelson Pellegrino e do ex-deputado Orlando Fantazzini, estava parada desde 2009. De acordo com a relatora da CPI, senadora Marinor Brito (PSOL-PA), a comissão vai pedir à Câmara a inclusão do assunto na pauta.

— Vamos ao presidente da Câmara apelar para que a Câmara dos Deputados coloque na pauta esse assunto de extrema relevância — informou.

VÍTIMAS

De acordo com os relatos, as principais vítimas do tráfico de pessoas são as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Apesar da exploração, muitas vezes as vítimas não se reconhecem como tais.

— As pessoas não denunciam porque não se sentem vítimas. Muitas pessoas traficadas a partir de Belém não ficaram algemadas ou trancadas. Elas tinham uma certa liberdade de locomoção, mas estavam presas por uma dívida e aí se configura a exploração — explicou Andreza.

As vítimas que resolvem denunciar muitas vezes sofrem constrangimento, especialmente nas delegacias. Segundo os especialistas, há preconceito, especialmente se o trabalho envolve a prostituição, ainda que, para a lei, o crime se configure mesmo que haja consentimento.

— Esse não é, infelizmente, o entendimento das autoridades com quem a gente se depara no Ceará. Pelo contrário, são pessoas extremamente coniventes, muitas vezes envolvidas no turismo sexual e que acabam dificultando o enfrentamento ao tráfico de pessoas — denunciou a coordenadora do Escritório de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Proteção à Vítima do estado, Andrea da Silva Costa.

Segundo a coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Bahia, Márcia Leite Prudente, grande parte da população não tem conhecimento sobre esse tipo de crime. Márcia informou que, em seu estado, são realizadas palestras e videoconferências para conscientizar a sociedade.

Coordenador de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, Ricardo Rodrigues Lins defendeu a elaboração de um segundo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para incluir grupos vulneráveis não contemplados no primeiro, como os travestis e transexuais. Para Marinor Brito, antes de colocar em prática um segundo plano, é necessário fazer um balanço sobre o primeiro, de 2008.

— É preciso cobrar das três esferas de poder uma organização, um balanço do plano nacional porque não é possível ir para um segundo plano nacional quando no Brasil nós temos apenas oito núcleos de enfrentamento organizados.

Tarifa telefônica mais barata para deficiente auditivo

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pode aprovar em sua reunião de quarta-feira proposta que obriga as telefônicas a oferecerem tarifas reduzidas para pessoas com deficiência auditiva ou de fala.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 238/08, do ex-senador Flávio Arns, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei Geral de Telecomunicações (9.742/97) para prever que o usuário do serviço de telecomunicação com deficiência auditiva ou da fala tenha direito a plano com tarifas reduzidas para serviços de mensagem de texto, “nas diversas modalidades de pagamento”.

O PLS 238/08, que tramita em caráter terminativo, tem parecer pela aprovação apresentado pelo relator, senador Paulo Paim (PT-RS). Se aprovado, o projeto seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

A pauta da CCT inclui outros 21 itens sobre autorização e renovação de concessão para serviços para TV e rádio.

Senado debate na quinta direitos dos surdos

Os direitos e as principais reivindicações das pessoas com deficiência auditiva serão discutidos na quinta-feira, em audiência pública da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência, às 11h30.

Para o debate, foram convidadas a presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), Karin Strobel, e a diretora-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), do Ministério da Educação, Solange Maria da Rocha.

A reunião da subcomissão, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais, acontece por sugestão de Lindbergh Farias (PT-RJ) e está marcada para a sala 9 da ala Alexandre Costa.

Especialistas internacionais discutem crack

Especialistas internacionais participarão amanhã de audiência pública no Senado a respeito da disseminação do uso do crack. Serão debatidas as experiências dos organismos internacionais no combate às drogas e na recuperação dos viciados. O debate é o quarto painel do ciclo de debates sobre crack.

A reunião, promovida pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), está marcada para as 10h30, na sala 9 da ala Alexandre Costa. O senador Wellington Dias (PT-PI) preside a subcomissão.

Deverão participar da audiência Annika Markovic, embaixadora da Suécia no Brasil; Bo Mathiasen, representante regional do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (UNODC); George de Leon, representante internacional das Comunidades Terapêuticas e Diretor do Centro de Pesquisa para Comunidades Terapêuticas (CTCR), dos Estados Unidos; e Diego Victoria, representante no Brasil da Organização Mundial da Saúde (OMS), e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

O requerimento para a realização do painel é do presidente da subcomissão e dos senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Ana Amélia (PP-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Na mesa ao fundo, Ricardo Lins, Randolfe Rodrigues e Marinor Brito: projeto tipifica crime de tráfico de pessoas

Ano Voijpe/Senado Federal



Marinor diz que deputado foi "desrespeitoso" e quebrou o decoro

Marinor entra com representação contra Bolsonaro

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) entregou, na sexta-feira, ao procurador parlamentar do Senado, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), representação contra o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) por quebra de decoro. Marinor argumenta que Bolsonaro foi "desrespeitoso" e a ofendeu em sua feminilidade.

O desentendimento entre os dois parlamentares ocorreu na quinta-feira, após a reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que discutia o PLC 122/06, que criminaliza a homofobia.

Durante uma entrevista da senadora Marta Suplicy (PT-SP), relatora do projeto, sobre o adiamento da votação do PLC 122/06, o deputado federal exibiu às câmeras panfletos acusando o governo federal de incentivar a homossexualidade nas escolas. Marinor Brito tentou impedir a exibição dos panfletos e os dois parlamentares acabaram discutindo.

Jucá manifesta pesar pela morte do empresário

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), lamentou a morte do empresário Francisco Mesquita, assassinado a tiros na quinta-feira, em Boa Vista. Jucá lembrou que Mesquita era proprietário da Meta Táxi Aéreo.

– Ele era um empresário desbravador, que investia muito e acreditava no futuro da Amazônia – disse o senador.

Jucá apresentou um requerimento de pesar "para que a família de Francisco Mesquita, o estado de Roraima e seu povo sejam confortados pelo Senado por essa perda brutal e pela forma como isso aconteceu".

O líder do governo também manifestou solidariedade ao senador Edison Lobão Filho (PMDB-MA), que sofreu um acidente de carro na quinta-feira.



Jucá: Mesquita era um desbravador que acreditava na Amazônia

Convidados pelo Senado discutiram a agricultura familiar e lembraram o caso do Rio Grande do Sul, onde problemas climáticos trouxeram dificuldades para agricultores

Dívida ainda é obstáculo para pequeno produtor rural

A NEGOCIAÇÃO DAS dívidas dos pequenos produtores rurais dominou o debate realizado na sexta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A sexta audiência pública do ciclo de debates sobre a situação da agricultura brasileira teve como tema o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). O debate, mediado pela senadora Ana Amélia (PP-RS), reuniu representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Banco do Brasil e dos agricultores do Rio Grande do Sul.

João Luiz Guadagnin, diretor do Departamento de Financiamento e Proteção de Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), falou sobre o investimento do governo na agricultura familiar e destacou que produtores gaúchos sofrem com fenômenos climáticos

importantes. Segundo ele, o MDA tem se empenhado em socorrer esses produtores, mas há limitações técnicas para o alongamento de dívidas.

Guadagnin descartou o plano apoiado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), que prevê perdão a todas as dívidas de até R\$ 12 mil. Para ele, o perdão cobriria "praticamente 83% dos financiamentos do Pronaf" e, em escala nacional, resultaria num prejuízo de R\$ 20 bilhões à União.

Álvaro Tosetto, gerente executivo da diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, destacou os mecanismos de garantia aos produtores, especialmente a proteção contra intempéries que afetem a produtividade. Em sua opinião, a assistência técnica é essencial no campo, mas o país ainda tem muitas limitações

nesse setor.

Airton José Hochscheid, assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS), citou números do recente Censo Agropecuário, destacando a importância da pequena propriedade rural para a soberania alimentar do Brasil e como geradora de postos de trabalho. Hochscheid defendeu o alongamento de dívidas dos agricultores familiares.

Frei Sérgio Górgen, coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores do Rio Grande do Sul, lembrou recentes problemas com perdas de safras e contestou Guadagnin quanto ao sistema de crédito do MDA. Segundo o frei, os números do governo são "irreais" e o governo federal precisa cumprir os compromissos de campanha.



Álvaro Tosetto (E), João Luiz Guadagnin, senadora Ana Amélia, Airton José Hochscheid e frei Sérgio Górgen, na CRA

Três comissões debatem o fuso horário do Acre

Depois de rejeitado pela população em referendo no ano passado, o fuso horário do Acre deverá voltar ao que era antes de 2008: duas horas defasado em relação a Brasília. Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Relações Exteriores (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai debater o tema amanhã.

O resultado do referendo foi homologado pela Justiça Eleitoral mas, ante o entendimento de que uma lei só pode ser modificada ou revogada por outra, ainda é necessário transformar o desejo dos acreanos em lei, já que o atual horário, defasado em apenas uma hora em relação a Brasília, foi estabelecido pela Lei 11.662/08.

Tramita na CAE um projeto (PLS 91/11), do senador Pedro Taques (PDT-MT), que modifica o fuso horário do Acre de "menos quatro horas" para "menos cinco horas" do fuso horário Greenwich. Taques diz que, no referendo ocorrido no Acre em 31 de outubro de 2010, quase 57% dos eleitores responderam que não querem manter o atual horário. O relator do projeto na CAE é Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC). A proposta norteará a audiência conjunta.

O projeto tramita em caráter terminativo e, se aprovado, segue para a Câmara dos Deputados. A alteração do horário entrará em vigor 30 dias após a publicação da nova lei.

Isenção para mais produtos da Amazônia Ocidental

A relação de produtos fabricados na Amazônia Ocidental beneficiados por isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e por alíquota zero da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins pode aumentar. Esse é o objetivo de dois projetos que tramitam em conjunto na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) e que devem ser analisados na quarta-feira.

O PLS 292/08 e o PLS 210/10 estabelecem que, para obter a isenção, os produtos precisam ter sido elaborados com matérias-primas de origem regional, independentemente do local do beneficiamento ou industrialização. Segundo o relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o argumento para concessão do benefício deve ser a busca do equilíbrio de incentivos aplicáveis à produção da Amazônia Ocidental com os originados nas Áreas de Livre Comércio (que já têm isenções), e da efetividade desses incentivos no incremento econômico e social da região. Para os autores dos projetos, Acir Gurgacz (PDT-RO) e o ex-senador Expedito Júnior, a região hoje deixa de aproveitar suas potencialidades centradas nos segmentos agrossilvopastoril, da agroindústria, da mineração, da bioindústria e da reciclagem.

A CDR também deverá votar requerimentos de duas audiências: uma sobre a situação dos aeroportos do país e outra, em conjunto com a CAE, sobre a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.



Wilson Santiago diz que metade da queda no índice se deve a Lula

Wilson Santiago destaca redução da pobreza

Wilson Santiago (PMDB-PB) comemorou na quinta-feira dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo os quais a pobreza no Brasil caiu 67% nos últimos 10 anos. O senador parabenizou o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, responsável por metade dessa queda.

Apenas no último ano do governo Lula, destacou, a pobreza foi reduzida em 16%. De acordo com o senador, os fatores fundamentais para a diminuição da pobreza foram os investimentos sociais e em ensino público.

Conforme Wilson Santiago, a presidente Dilma Rousseff "segue a mesma batalha", com o lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, que almeja acabar com a pobreza extrema no país até 2014.

Senador cobra melhor salário para defensores

A melhoria das condições dos defensores públicos estaduais foi defendida pelo senador Wilson Santiago (PMDB-PB), que sugeriu uma remuneração mais justa para a categoria, prestadora de assistência jurídica a quem não pode contratar um advogado. Ele citou como parâmetro os vencimentos recebidos por juízes e membros do Ministério Público.

– Alguns estados pagam salários melhores aos defensores públicos, mas a maioria não condiz com a missão e o cargo exercidos.

Depois de alertar para o fato de muitos estados ainda não terem implantado esse serviço, criado pela Constituição de 1988, e para a fragilidade com que muitas defensorias públicas operam no país, o senador disse que esses órgãos atuam com reduzido número de profissionais e enfrentam carência de recursos orçamentários.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) apon-tou a defensoria pública como o principal caminho na busca de Justiça para os mais pobres.

Senador cita dados da educação para mostrar que brancos têm mais escolaridade e melhores salários, se comparados aos negros e aos pardos



Crivella: "Ainda estamos longe de dar oportunidades iguais a todos"

Crivella saúda a Lei Áurea, mas diz que país segue em desigualdade social

O SENADOR MARCELO Crivella (PRB-RJ) homenageou na sexta-feira os 123 anos da Lei Áurea, sancionada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888, ressaltando que a herança escravocrata se mantém no país sob a forma da desigualdade social.

– Ainda estamos muito distantes de uma situação em que possamos dizer que há igualdade de oportunidades para todos os cidadãos no Brasil – lamentou.

Como exemplo, Crivella citou a estimativa de que a escolarização dos brancos atinge a média de 9,2 anos, enquanto negros e pardos teriam uma média de 7,4 e 7,2 anos, respectivamente.

– Esses dois anos fazem toda a diferença, especialmente em um mercado de trabalho competitivo, que exige qualificação – assinalou.

Segundo o senador, com os níveis citados de escolarização,

um branco recebe em média 3,8 salários-mínimos, enquanto negros e pardos não recebem mais que 1,8 salário-mínimo.

O senador também mencionou a estimativa de que, entre os brasileiros com 15 anos ou mais, 15% dos brancos são analfabetos funcionais, mas entre os negros e pardos o percentual é maior (25,4% e 25,7%).

Quanto ao ensino superior, 15% dos brancos com 25 anos

ou mais concluíram a faculdade, percentual que cai para 4,7% entre os negros e para 5,3% entre os pardos.

O parlamentar frisou que "há muitas outras diferenças que apontam as perdas e as desvantagens da população negra", mas disse que deu destaque a essas porque "a educação tem caráter decisivo no sucesso ou no fracasso profissional de cada um de nós".

Senador elogia decisão da Justiça Federal que beneficia aposentados

Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou a Justiça Federal em São Paulo por ter dado liminar obrigando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pagar, em até 90 dias, a revisão de 131 mil aposentadorias e pensões concedidas entre 1988 e 2003.

O senador observou que a decisão foi adotada porque o INSS usou, na época, "tetos diferentes para quem paga [a contribuição] e para quem recebe [a aposentadoria]".

A revisão, que já havia sido objeto de decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010, deve assegurar a cada aposentado ou pensio-

nista um aumento médio R\$ 184,86. Os atrasados devem render para cada um a média de R\$ 11.586.

Paim também apoiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de retaliar a Argentina e impor barreiras à importação de carros daquele país. O senador lembrou que, seis meses atrás, já vinha advertindo que o governo de Buenos Aires estava boicotando produtos brasileiros.

Em aparte, Romero Jucá (PMDB-RR) disse que Dilma marcou uma posição correta, dentro de uma conjuntura de abusos e de posições inexplicáveis do governo argentino.

Paim cobra votação de projetos em favor dos negros

O senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou na sexta-feira a votação de uma série de propostas em defesa da população negra. Uma delas é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 180/08, da deputada Nice Lobão (DEM-MA), que estabelece cotas em escolas públicas para negros, indígenas, pessoas com deficiência e pobres.

Paim pediu também aos senadores que votem a sua Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/06, que estabelece o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 113/08, que cria o Centro de Integração Quilombola.

Ele fez um apelo aos deputados para que deliberem sobre



Paim pediu a Dilma Rousseff a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial

o PL 5.352/05, já aprovado pelo Senado, que institui o Dia Nacional do Zumbi e da Consciência Negra.

Outro apelo foi dirigido à presidente Dilma Rousseff. Ele reivindica do governo federal

a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial. Depois de quase 20 anos de tramitação no Congresso, o estatuto virou lei, mas sua efetiva aplicação depende do regulamento a cargo do Executivo.

Cristovam louva disposição de São Paulo de garantir respeito à faixa de pedestres

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) comemorou na sexta-feira a notícia de que a cidade de São Paulo deverá promover o respeito à faixa de pedestre, seguindo o exemplo de Brasília. A campanha pelo respeito à faixa foi iniciada na capital federal quando Cristovam era governador (1995-98).

– Dar poder ao pedestre, acima do motorista, foi um gesto revolucionário, pois resulta numa inversão de poder – disse Cristovam.

A explicação é uma referência aos procedimentos exigidos nesse tipo de faixa: os carros têm de parar diante dela a cada vez que um pedestre sinaliza que pretende atravessar a rua. Ao reiterar que isso significou uma revolução, o senador afirmou que "o carro é um instrumento de poder e o motorista se sente

todo-poderoso em qualquer rua, em qualquer estrada, com as mãos na direção e o pé no acelerador".

– Mas aqui [em Brasília] se conseguiu reverter tal visão – ressaltou.

Ele acrescentou que isso se tornou possível devido a uma campanha educacional, e não a uma campanha de trânsito, que resultou na mudança da mentalidade dos brasilienses.

Cristovam alertou, porém, que não se deve implantar faixas em todos os locais onde as pessoas atravessam as ruas. Para determinados casos, observou, é necessária "a imposição autoritária do semáforo".

O senador declarou ainda que a adoção da faixa pela cidade de São Paulo será fundamental porque poderá servir de exemplo e referência para o resto do país.



Em Brasília, desde meados da década de 1990, carros são obrigados a parar quando pedestre sinaliza que quer atravessar

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mozarildo Cavalcanti • Wilson Santiago

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

João Alberto quer “tolerância zero” com as armas de fogo

Quanto menos armas em poder da população, menos mortes a lamentar. Com base nessa constatação, baseada em estudos sobre a violência em São Paulo e no Rio de Janeiro, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) defendeu na sexta-feira “tolerância zero” com armas de fogo.

Estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), publicado em 2005 e citado pelo parlamentar, mostrou que Austrália, Inglaterra e Japão, onde armas de fogo são proibidas, estão entre os países do mundo onde menos se mata com esses



João Alberto

instrumentos. Os Estados Unidos, um dos países mais liberais no assunto, aparecem em oitavo lugar entre os mais violentos do mundo.

João Alberto disse que é preciso “ser radical” nessa questão e sugeriu a revisão do Estatuto do Desarmamento para inserir na lei requisitos ainda mais rigorosos para a comercialização e

posse de armas de fogo.

– Se for necessário um novo referendo, que se faça um novo referendo. Teremos seguramente condições de esclarecer melhor a população sobre tudo aquilo que está em jogo – afirmou.

Raupp pede duplicação de pistas de rodovias para prevenir acidentes

Valdir Raupp (PMDB-RO) sugeriu mais esforços do governo para a duplicação das pistas das rodovias federais. Como observou, há um predomínio de vias com pista simples e isso explica o elevado nível de mortes em acidentes nas estradas brasileiras.

Na opinião do senador, o volume de óbitos nas estradas justifica atenção mais firme do governo para melhorar as condições das vias. Raupp disse que já abordou o tema com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit), junto a quem defendeu um programa



Valdir Raupp

de duplicação de estradas federais.

Raupp tratou ainda da questão da distribuição dos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) entre os estados da região. Apesar da melhoria de desempenho dos estados menores nos últimos anos, ele disse que o Amazonas ainda mantém o

predomínio, com retenção de 59% dos projetos aprovados desde 2007, ou seja, 472, enquanto para Rondônia foram 72. Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou o pronunciamento.

Senador Lobão Filho sofre múltiplas fraturas em acidente de automóvel

O senador Edison Lobão Filho (PMDB-MA) sofreu um acidente de carro na noite da quinta-feira, na Região Metropolitana de São Luís. De acordo com informações do gabinete do parlamentar, o estado de saúde dele na tarde de sexta-feira era grave, mas não havia risco de morte.

– Ele superou a fase mais crítica – assinalou a assessoria de imprensa de Lobão Filho.

O senador teve fraturas na bacia, no nariz, em duas partes do fêmur, no joelho da perna esquerda e em duas costelas. Por isso, teve que ser submetido a cirurgias de emergência.

O senador, que é filho do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, encontrava-se sedado na Unidade de Terapia Intensiva do UDI Hospital.

Segundo informações, Edison Lobão Filho estava sozinho no veículo, quando foi atingido por uma caminhonete. Chovia muito na hora do acidente.

No Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) abriu a sessão plenária de sexta-feira lamentando o acidente sofrido por Lobão Filho. A senadora Ana Amélia (PP-RS) também lamentou o ocorrido, desejando que o senador maranhense se recupere logo.

Mozarildo diz que divisão em três estados fará bem ao Pará

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a defender, na sexta-feira, a realização do plebiscito no qual a população paraense opinará sobre a proposta de o estado ser dividido em três diferentes unidades federativas: Pará, Tapajós (oeste) e Carajás (sudoeste). Ele é autor do projeto que cria a consulta referente ao estado de Tapajós (PDS 19/99).

Mozarildo destacou que o Pará tem área semelhante à dos sete estados das regiões Sul e Sudeste combinados. A distância entre alguns municípios e a capital, Belém, inviabiliza o desenvolvimento das regiões mais longínquas. Ele citou a cidade de Trombetas, próxima à fronteira com Roraima, que carece de rodovia para escoamento dos produtos recebidos em seu porto. Muitas falhas na administração do Pará devem-se, justamente, à grandeza territorial, completou.



Para Mozarildo, grandeza territorial é obstáculo ao desenvolvimento do Pará

MOZARILDO PEDE FORÇA-TAREFA CONTRA CORRUPÇÃO EM RR

Mozarildo Cavalcanti pediu em Plenário a organização de uma força-tarefa federal para investigar supostos desvios eleitorais e administrativos praticados pelo governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB). Segundo Mozarildo, já teriam sido comprovados contratos superfaturados em compras realizadas pelas secretarias de Educação, Saúde, Trabalho e Segurança na gestão do atual governador.

Proposta, que pode ser votada amanhã no colegiado, descentraliza a assistência, com gestão compartilhada entre os entes federativos

Criação do Sistema Único de Assistência Social na pauta da CAE

O PROJETO DE lei do Poder Executivo que institui o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e regulamenta a atividade de assistência social no país pode ser votado amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE),

A proposta (PLC 189/10) introduz o Suas na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), estabelecendo que seu objetivo é a proteção social, visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente na proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. O texto, já aprovado pela Câmara, estabelece a descentralização da assistência social, com gestão compartilhada entre os entes federativos. O relator na CAE, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), deu parecer favorável. Caso aprovada, a proposta seguirá para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e posterior deliberação do Plenário.

Livro digital

Também está na pauta o PLS 114/10, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que atualiza a definição de livro e altera a lista de objetos equiparados ao livro, determinada na Lei 10.753/03.

O texto preserva a definição atual de livro, em seu formato encadernado ou em brochura, e inova ao admitir como do mesmo gênero e sujeitos a igual status jurídico os formatos digital, magnético e ótico, atualmente só



Parecer apresentado por Flexa Ribeiro é pela aprovação da proposta do Executivo

equiparados ao modelo tradicional se destinados à leitura pelo sistema Braille. O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), explica que a iniciativa trata como livro os equipamentos cuja função exclusiva ou primordial seja a leitura de textos em formato digital.

Outra proposição que deve ser votada na CAE é a que proíbe a oferta e a propaganda de alimentos não saudáveis nas escolas de educação básica, públicas e privadas. O PLC 93/10, que tem como relator Casildo Maldaner (PMDB-SC) estabelece a definição de alimentos saudáveis e não saudáveis por critérios das autoridades sanitárias e enquadra o descumprimento da norma como infração à legislação sanitária federal.



Em Alto Boa Vista (MT), moradora comemora chegada da energia do programa Luz para Todos

Comissão de Infraestrutura debaterá tarifa social e tributação na conta de luz

A tarifa social de energia elétrica (TSEE) e a cumulatividade da tributação na conta de luz serão temas de audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) na quarta-feira. O debate foi requerido pelos senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Estão convidados o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson José Hubner Moreira; a diretora do Departamento de Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social, Leticia Bartholo; e o pesquisador da consultoria Pricewaterhouse Coopers Sérgio Bento. O Departamento

de Proteção do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça também deve enviar um representante à reunião.

A Lei 12.212/10, que regula a tarifa social de energia elétrica, estabelece que para ter acesso ao desconto na conta de luz é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais e possua renda familiar per capita de até meio salário mínimo. O desconto pode variar de 10% a 65% de acordo com a faixa de consumo. A TSEE também pode contemplar famílias que tenham pessoas em tratamento de saúde que necessitam usar continuamente aparelhos com elevado consumo de energia.

Projeto teve sua apreciação pelos deputados adiada duas vezes e agora não há data marcada para nova votação, mas o líder do governo no Senado acredita que proposta está "madura" e um acordo sobre o texto deve surgir em breve

Jucá confia que Câmara deve votar logo a reforma do Código Florestal

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse acreditar que o projeto de reforma do Código Florestal "está maduro" e deverá ser votado em breve pela Câmara. O parlamentar afirmou ser grande a expectativa dos senadores para examinar a matéria.

Conforme explicou, quando o projeto (PL 1.876/99) chegar ao Senado será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), entre outras comissões permanentes da Casa,

antes de ir a Plenário. Na Câmara, a matéria tramitou apenas em uma comissão especial, antes de ir a Plenário. O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), já antecipou que indicará o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) para relator.

Após o adiamento da votação pelos deputados, na quarta-feira passada, não há data marcada para a decisão final. Mesmo estando ainda na Câmara, a matéria tem motivado a manifestação de diversos senadores. Em

discurso na sexta-feira, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou a decisão dos deputados de adiar a votação, mas se disse otimista quanto à possibilidade de acordo nos próximos dias (veja matéria abaixo).

O assunto também foi destacado por Waldemir Moka (PMDB-MS), Ana Amélia Lemos (PP-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Em manifestações em Plenário, eles defenderam a atuação do relator na Câmara, deputado Aldo Rebelo. Já o senador Jorge Viana

(PT-AC) se manifestou sobre comentários do deputado a respeito do marido da ex-senadora Marina Silva.

Pedro Taques (PDT-MT) recomendou que o projeto seja analisado sem pressa. Por conta das negociações sobre o Código, a ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, adiou participação em debate marcado para a última quinta-feira na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Cristovam Buarque apresentou delegação Chinesa ao Plenário

China considera importante Rio+20, afirma Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse na sexta-feira que a China está percebendo a importância da Rio+20, conferência mundial sobre meio ambiente prevista para junho de 2012, e que se realizará 20 anos depois da Rio-92. O país foi acusado de obstruir a última conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP 15, em dezembro de 2009, em Copenhague.

Cristovam apresentou ao Plenário uma delegação chinesa em visita ao Brasil e disse ter percebido que eles dão muita importância à "conferência que será liderada pela presidente Dilma Rousseff" no próximo ano. A delegação chinesa é composta, entre outros, por Lu Fengding, ex-embaixador da China na Suécia, e Guan Chengyuan, ex-embaixador da missão permanente da China na União Europeia.



Município de Manhuaçu, na Zona da Mata mineira, cercada de reservas de Mata Atlântica: votação do novo Código Florestal foi adiada pela segunda vez

Aníbal: Rebelo deveria se desculpar com marido de Marina Silva

Aníbal Diniz (PT-AC) disse na sexta-feira que o deputado Aldo Rebelo deveria pedir desculpas a Fábio Vaz de Lima, marido da ex-senadora Marina Silva, por tê-lo acusado de estar ligado a desvio de madeira. Rebelo é relator na Câmara dos Deputados do projeto de lei que altera o Código Florestal

e, durante discussão da proposta, na quinta-feira, fez a acusação.

Na opinião do senador, Rebelo cometeu uma injustiça, pois, segundo ele, Vaz sempre trabalhou para melhorar a qualidade de vida da população amazônica. O senador também leu nota em que o

governador do Acre manifesta solidariedade a Fábio Vaz.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão no momento, Aldo Rebelo cometeu um "escorregão" e já deve ter se desculpado.

Aníbal Diniz também disse estar confiante com a atuação da ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, para aumentar a produção brasileira de pescado. A seu ver, o desenvolvimento da pesca pode contribuir para diminuir a miséria e a fome no país.

O Brasil, observou o senador, possui condições para desenvolver a atividade pesqueira e, no entanto, não aproveita o potencial. Aníbal Diniz informou que em um hectare de lâmina de água se produzem dez toneladas de peixe, que podem ser vendidos por R\$ 60 mil. Esta é a área utilizada para criação de um boi, destacou, que resulta em R\$ 2 mil. A piscicultura, argumentou o senador, gera benefícios econômicos e sociais, além de ser ambientalmente sustentável.



Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto: no centro de uma grande polêmica

Rollemberg se diz otimista e prevê um "texto para o futuro"

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou o desfecho da votação do Código Florestal na Câmara na quarta-feira, obstruída pelos partidos da base do governo, que alegaram mudanças de última hora no parecer do deputado Aldo Rebelo.

– Tenho grande respeito pelo trabalho que Aldo Rebelo fez, acompanhei na comissão especial, discordei, votei contra o relatório dele na Câmara, mas reconheço o esforço e a seriedade do trabalho – disse o senador.

Ainda que a votação tenha sido adiada, Rodrigo Rollemberg se disse otimista.

– Quero manifestar a minha convicção de que o Congresso será capaz de oferecer ao Brasil uma legislação moderna, que não tenha apenas os olhos no passado e no presente, mas voltados para o futuro.



Rollemberg reconhece "esforço e seriedade" do trabalho de Aldo

Para o senador, o código tem de garantir as condições para que o agricultor brasileiro trabalhe com segurança jurídica e para que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos, mas com "sabedoria suficiente" para preservar os biomas e a biodiversidade.



Valter Pinheiro anuncia debate sobre problema em Santo Amaro (BA)

Contaminação de chumbo terá audiência pública

Será realizada no Senado, ainda este mês, uma audiência pública para discutir problemas enfrentados pela população do município de Santo Amaro da Purificação (BA), devido à contaminação por uma indústria da cidade. O anúncio foi feito da tribuna pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA).

O município é conhecido por ser a cidade natal dos cantores e compositores Caetano Veloso e Maria Betânia e até hoje local de moradia da mãe deles, dona Canô. Conforme Walter Pinheiro, desde que iniciou suas atividades, em 1960, a indústria doou, à população e à prefeitura, placas de chumbo (resíduos industriais) utilizadas para diversos fins, expondo as pessoas à contaminação pelo metal.